

**AMÉRICA DO SUL:
COMUNIDADE DE SEGURANÇA OU
PAZ VIOLENTA?**

Fernando Dall'Onder Sebben

Doutorando em Estudos Estratégicos
Internacionais (UFRGS)
fdallonder@gmail.com

Recebido em: 20 out. 2011
Aceito em: 23 nov. 2011

RESUMO

O baixo nível de conflitos interestatais na América do Sul em relação a outras regiões do mundo é considerado uma das características marcantes das relações de segurança dos países da região. A fundamentação teórica e as explicações para tanto, todavia, são divergentes. Este artigo objetiva comparar, pela metodologia lakatosiana, dois modelos teóricos sobre a segurança sul-americana. O programa de pesquisa da paz violenta explica, com base nas variáveis da política doméstica, por que presidentes sul-americanos usam ou deixam de usar a força em questões externas. O programa de pesquisa das comunidades de segurança enfatiza fatores que conduzem ao desenvolvimento de confiança mútua e identidade coletiva, que podem resultar em uma proibição do uso da força em conflitos entre Estados nacionais. O trabalho apresenta duas conclusões principais. Primeiro, demonstra a maior progressividade do programa de pesquisa da paz violenta. Segundo e não obstante, ressaltam-se sua insuficiência e a decorrente necessidade de um modelo analítico que seja capaz de explicar satisfatoriamente a relação entre os problemas de segurança regionais e a integração da América do Sul.

Palavras-chave: América do Sul, teoria de Relações Internacionais, segurança regional.

ABSTRACT

The low level of interstate conflicts in South America in relation to other regions of the world is considered one of the hallmarks of the regional security relations. The theoretical background and explanations for this, however, are divergent. This article aims to compare, from the Lakatosian methodology, theoretical models about South American security. The research program of violent peace explains, from the domestic policy variables, why American presidents use or

fail to use force in foreign issues. The research program of security communities emphasizes factors that lead to the development of mutual trust and collective identity, which can result in a ban on the use of force in conflicts between national states. The paper presents two main conclusions. First, it demonstrates the greater progressivity of the research program of violent peace. Second, notwithstanding, it emphasizes their failure and the resulting need for an analytical model that is able to satisfactorily explain the relationship between the problems of regional security and integration in South America.

Keywords: South America, International Relations theory, regional security.

RESUMEN

El bajo nivel de conflictos entre Estados en América del Sur, en relación con otras regiones del mundo, es considerada una de las características de las relaciones de seguridad de los países de la región. Los fundamentos teóricos y las explicaciones para esto, sin embargo, son divergentes. En este artículo se pretende comparar, a partir de la metodología de Lakatos, los modelos teóricos sobre la seguridad de América del Sur. El programa de investigación de la paz violenta, explica, a partir de las variables de política interna, porque los presidentes de América hacen uso o no de la fuerza en los asuntos extranjeros. El programa de investigación de la comunidad de seguridad hace hincapié en los factores que conducen al desarrollo de la confianza mutua y la identidad colectiva, lo cual puede resultar en la prohibición del uso de la fuerza en los conflictos entre los Estados nacionales. El artículo presenta dos conclusiones principales. En primer lugar, se demuestra la progresividad mayor del programa de investigación de la paz violenta. En segundo lugar, no obstante, pone de relieve su fracaso y la consiguiente necesidad de un modelo analítico que es capaz

de explicar satisfactoriamente la relación entre los problemas de la seguridad regional y la integración en América del Sur.

Palabras claves: *América del Sur, teoría de las Relaciones Internacionales, seguridad regional. 1*

1 INTRODUÇÃO

Embora haja um relativo consenso na literatura de Relações Internacionais sobre o baixo nível de conflitos interestatais na América do Sul, as análises divergem sobre suas causas. A discordância pode ser percebida pela ênfase nos fatores utilizados para explicar as Relações Internacionais dos países da região. Algumas visões, por exemplo, destacam o avanço da cooperação, da institucionalização e da integração econômica (MEDEIROS FILHO, 2005; HURRELL, 1998; FLEMES, 2005). Por outro lado, outras ressaltam as novas ameaças, a existência de uma corrida armamentista (MALAMUD; ENCINA, 2006)¹ e um padrão de violência entre Estados do tipo paz violenta (MARES, 2001).

Em relação a outras regiões do mundo, a América do Sul apresenta poucas conflagrações interestatais. Tendo em vista essa característica, este trabalho pretende analisar os contornos securitários da região e sua relevância para a integração regional. O objetivo é contrastar as diferentes teorias sobre segurança na América do Sul. Para tanto, importa retomar a contribuição da filosofia da ciência de Imre Lakatos (1978). Segundo o autor, o progresso da ciência pode ser observado, basicamente, a partir da concorrência entre programas de pesquisa (LAKATOS, 1978; SILVEIRA, 1996, ELMAN; ELMAN, 2003).

Um programa de pesquisa pode ser considerado progressivo com base em três critérios: a) prever fatos novos²

¹ A preocupação sobre uma corrida armamentista na América do Sul foi manifestada em mais de uma ocasião pela secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e reconhecida pelo ex-presidente uruguaio, Tabaré Vázquez. Para um aprofundamento sobre o debate, ver ALSINA (2006) e VILLA, (2008).

² O conceito de fato novo é, ainda hoje, objeto de debate entre intérpretes de Lakatos e filósofos da ciência. Há, basicamente, quatro sentidos para o caráter inovador da descoberta científica: a) tempo – um fato novo deve ser improvável ou mesmo impossível à luz do conhecimento existente; b) interpretação – a teoria deve explicar um fato “velho” de um jeito novo, constituindo uma descoberta; c) heurística – o fato, para ser novo, precisa ter um papel na construção da teoria; d) contexto – a avaliação sobre uma

e corroborar algumas de suas previsões; b) explicar mais e melhor determinado fenômeno ou objeto em relação a programas concorrentes; c) transformar aparentes anomalias em corroborações. Se o programa não prevê fatos novos, ou prevê, e eles não são corroborados, é considerado regressivo. Com base na visão lakatosiana de filosofia da ciência, este trabalho contrasta dois modelos teóricos. Ainda que não constituam rigorosamente programas de pesquisa, podem ser considerados bons *proxies*. Embora cada modelo seja apenas uma teoria, ele apresenta os elementos que compõem, segundo Lakatos, um programa de pesquisa³. Assim, de um lado, observa-se a América Latina como o lugar da paz violenta (*violent peace*), visão de David Mares (2001), que tende a se aproximar, no campo da teoria de Relações Internacionais, à abordagem realista neoclássica.⁴

O realismo neoclássico reconhece que a distribuição de capacidades no sistema internacional tem papel preponderante na formulação da política externa de um país. Contudo, seus teóricos argumentam que esse impacto é indireto, visto que as pressões sistêmicas se transformam a partir de uma variável interveniente, que é a política doméstica. Os neoclássicos valorizam os processos internos pelos quais os Estados decidem e formulam política, em resposta às pressões do sistema e às oportunidades do

evidência ou fato novo de teoria deve ser percebida em relação à teoria concorrente. Para um aprofundamento da metodologia lakatosiana em teoria de Relações Internacionais, ver ELMAN; ELMAN (2003).

³ Segundo Lakatos, compõem um programa de pesquisa os seguintes elementos: a) núcleo duro (ou firme) – conjunto de hipóteses que, por convenção dos cientistas, não é submetido à refutação; b) cinturão protetor – hipóteses e teorias auxiliares que protegem o núcleo duro; são constantemente modificadas e expandidas; c) heurística positiva – modelos que orientam o desenvolvimento de teorias específicas dentro do programa; d) heurística negativa – conjunto de hipóteses que proíbe que o núcleo duro seja refutado. Se o núcleo duro for contrariado, o programa de pesquisa estará em xeque (LAKATOS (1978); SILVEIRA (1996), ELMAN; ELMAN (2003).

⁴ Para um panorama do realismo neoclássico e seus principais pensadores, ver Rose (1998). Para um aprofundamento, ver Schweller (2003).

ambiente. No caso de Mares, a política doméstica (características do sistema eleitoral e partidário e grau de *accountability*) afeta diretamente a probabilidade de uso da força. Por outro lado, há a teoria construtivista e o conceito de comunidade de segurança. Para tanto, discute-se a obra de Emanuel Adler e Michael Barnett (1998), *Security communities*, com especial destaque, além das referências desses autores, para o capítulo de Andrew Hurrell, *An emerging security community in South America?* (HURRELL, 1998).⁵

A existência de uma comunidade de segurança incipiente no Cone Sul é analisada por Barry Buzan, Ole e Wæver (2003). Na obra *Regions and powers*, dedicam um capítulo à análise de segurança da América do Sul. Os autores da Escola de Copenhague apresentam a noção de complexos regionais de segurança⁶ (*regional complex security theory – RCST*), que é estruturada principalmente com base nos conceitos de polaridade e polarização⁷. Embora os RSCTs constituam um modelo analítico muito útil para o estudo da agenda de segurança⁸, não representam uma teoria propriamente dita. Seus vários conceitos, como o de Estados insuladores, Estados-tampão (*buffer state*), tipos de Estados (pré-moderno, moderno, pós-moderno), *overlay*, entre outros,

⁵ Para uma análise crítica dos complexos regionais e do uso da teoria de RI, ver Cepik (2011).

⁶ *RCST* consiste em “[...] um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras.” (traduzido de BUZAN, WÆVER, 2003, p. 44).

⁷ Os elementos que compõem um complexo regional de segurança são: a) polaridade regional (distribuição de poder entre os Estados da região); b) polarização (padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes da região); c) relações de poder com atores externos (grandes potências); d) fronteira de exclusão (onde acaba e termina cada *RCST*); e) anarquia (cada *RCST* deve ser composto de duas ou mais unidades autônomas). Cf. Buzan; Wæver (2003); Cepik (2005).

⁸ Em especial, importa a análise dos complexos regionais em quatro níveis: doméstico, estatal, regional, e global.

fornecem muito mais elementos para classificar as relações de segurança entre o Estados do que um conjunto de premissas explicativas. A Escola de Copenhague, portanto, não será contrastada com os outros programas de pesquisa apresentados neste trabalho: as comunidades de segurança (*security communities*) e a paz violenta (*violent peace*).

A tese central de David Mares sobre a paz violenta parte da premissa de que, diante de ameaças securitárias, lideranças políticas sul-americanas avaliam o cenário político doméstico de seus Estados e as demandas de seus eleitores e, então, consideram a possibilidade de trazerem bens públicos para sua base política por meio de uma intervenção externa. Essa estratégia de “barganha militarizada” (MARES, 2001, p. 7) não raro resulta em espasmos de violência, choques armados com uso limitado da força. Presidentes utilizam conflitos externos para aumentar seu grau de apoio interno. Esse nível de suporte, porém, simultaneamente limita a ação do governante. A limitação do grau de violência ocorre em função do custo político doméstico de uma escalada da conflagração. Tendo em vista que presidentes temem perder apoio de sua base política, raramente ocorrem guerras prolongadas na região.

Por outro lado, o modelo construtivista enfatiza a crescente cooperação entre os países e a aparente ausência de ameaças como elementos geradores de uma estabilidade duradoura. Algumas vertentes, exploradas neste trabalho, propõem o conceito de comunidade de segurança. Trata-se de um período na relação entre os países; os Estados atingem tamanho grau de maturação em seu relacionamento que suas sociedades passam a manter “expectativas confiáveis de mudança pacífica” (ADLER; BARNET, 1998). A premissa é de que, por esse viés, historicamente os países são internamente instáveis, todavia conseguem resolver divergências por meio de vias institucionais. Os tomadores de decisão, fundamentados em um cálculo racional, avaliam que a cooperação é mais vantajosa do que o enfrentamento. Como se depreende, os dois enfoques possuem pontos significativos de convergência no que tange à realidade

empírica: ambos estão de acordo quanto à ocorrência de poucas guerras prolongadas na história sul-americana⁹. Divergem, contudo, nas explicações para tanto. Desse modo, parece instigante confrontar e contrastar as diferentes teorias e suas acepções para a possibilidade de uso da força, de modo a observar suas consequências mais gerais para a política externa e a integração regional da América do Sul.

O trabalho divide-se em quatro seções. Na primeira, apresenta-se a tese da paz violenta, de David Mares. Na segunda, expõe-se o conceito de comunidade de segurança e sua aplicação à América do Sul. Na terceira, as duas visões teóricas são comparadas. Na quarta e última, são expostas algumas considerações finais.

2 MARES E A PAZ VIOLENTA NA AMÉRICA DO SUL

Segundo David Mares (2001), as principais guerras entre os Estados sul-americanos, desde suas independências, são as relacionadas no quadro a seguir¹⁰¹¹:

⁹ Entre elas, faz-se comumente referência à Guerra do Paraguai, à Guerra do Pacífico e à Guerra do Chaco.

¹⁰ O autor trata, em sua obra, de toda a América Latina. Neste trabalho, traduziu-se e restringiu-se sua tabela à América do Sul, foco analítico deste trabalho. Acredita-se não haver prejuízo na utilização do argumento de Mares. Há, contudo, uma pequena redução no número de casos de estudo da variável dependente do trabalho do autor (uso da força), visto que a América Central ficará excluída. Ademais, referiu-se apenas a conflagrações entre Estados da América do Sul (excluindo, portanto, intervenções de potências estrangeiras).

¹¹ O conceito de guerra adotado é o prevalecente na literatura de estudos estratégicos, isto é, pelo menos mil mortos em campo de batalha. Nos casos relacionados, as exceções ficam por conta do Conflito de Letícia (868 mortos) e da Guerra Peruano-Equatoriana (mais de 500). Cf. Mares (2001: 33-34).

Guerras entre Estados sul-americanos desde a independência dos países		
PERÍODO	NOME	PARTICIPANTES
1825-28	Guerra da Cisplatina	Argentina <i>versus</i> Brasil
1836-39	Guerra da Confederação Peruano-Boliviana	Chile (Argentina) <i>versus</i> Bolívia, Peru
1841	Peru <i>versus</i> Bolívia ¹²	Peru <i>versus</i> Bolívia
1851-52	Guerra contra Oribe e Rosas	Brasil <i>versus</i> Argentina
1864-70	Guerra do Paraguai	Paraguai <i>versus</i> Argentina, Brasil, Uruguai
1863	Guerra Civil	Equador <i>versus</i> Colômbia
1879-84	Guerra do Pacífico	Chile <i>versus</i> Peru, Bolívia
1932-35	Guerra do Chaco	Bolívia <i>versus</i> Paraguai
1932	Conflito de Letícia	Peru <i>versus</i> Colômbia
1939-41	Guerra Peruano-Equatoriana	Peru <i>versus</i> Equador
1995	Guerra do Cenepa	Peru <i>versus</i> Equador

FONTE: Mares (2001, p. 33).

Mares (2001) propõe um arcabouço teórico capaz de explicar as variações do uso da força e seus determinantes. Importa o cálculo de custo-benefício realizado por líderes políticos a fim de beneficiar suas bases políticas domésticas. Na prática, o governante decide fazer uma intervenção externa ou não de acordo com o bem que está em jogo para sua base. Considera, sobretudo, o custo político, no plano doméstico, do uso da força, no plano externo. Compara os recursos que possui e o apoio de sua base política, em relação a uma questão de conflito com outro país. Obtém, então, um insumo para a tomada de decisão sobre o uso da força. A lógica geral da teoria de Mares é a seguinte:

¹² Euclides da Cunha publicou ensaio acerca da conflagração em 1907. Cf. Cunha, 1975.

- a) $S + SB + CF \leq CC - A \Rightarrow$ possibilidade de uso da força;
- b) $S + SB + CF > CC - A \Rightarrow$ não há uso da força.

Para a inequação número um, são considerados três fatores: a) o tipo de diplomacia adotado em uma determinada negociação; b) o balanço estratégico do Estado (posse de recursos); c) a característica da força que pode ser usada (capacidade operacional do Estado). Quando essas três variáveis, somadas, são menores que o grau de aceitabilidade política – subtraído o nível de *accountability* –, há possibilidade de uso da força. Na prática, há espaço de manobra do líder nacional em relação à sua base eleitoral. A presença combinada dessas variáveis não implica necessariamente o uso da força. Entretanto, não haverá intervenção se essas condições estiverem ausentes (MARES, 2001, p. xi). Para esse autor, o uso da força depende de cinco variáveis.

VARIÁVEIS	
S	estratégia político-militar
SB	balanço estratégico
CF	características da força usada
CC	aceitabilidade de custos
A	<i>accountability</i>

2.1 ESTRATÉGIA POLÍTICO-MILITAR (S)

Há cinco principais tipos de estratégia político militar (S). A primeira, “manter a questão em jogo”, significa que há uma controvérsia nacional pela qual o líder deve lutar, mas que pode esperar, pois não precisa resolvê-la imediatamente. A alternativa a adotar, portanto, é simplesmente evitar que a demanda política seja esquecida. O líder pode crer que negociações bilaterais tragamr mais vantagens para sua base política. “Negociações bilaterais” correspondem a um segundo tipo de estratégia político militar. Todavia, o líder pode avaliar

o resultado de uma negociação bilateral (terceiro tipo) como muito prejudicial à sua base, ou evitar negociações, ou negociar com uma margem muito estreita (MARES, 2001, p. 17). Nesse caso, há uma estratégia de terceiro tipo, denominada “defesa do *status quo*”. A quarta estratégia político-militar corresponde à inclusão de terceiros Estados. A quinta trata de tentativa de o líder impor uma solução unilateral. Conforme Mares (2001, p. 18), essa estratégia tende a vir acompanhada do uso da força.

2.2 BALANÇO ESTRATÉGICO (SB)

O balanço estratégico é conceituado “[...] pelos recursos relevantes para aquelas estratégias [político-militares] e que, portanto, nos ajudam a entender a situação de barganha entre os atores.” (Ibid., p. 18). Os recursos são de natureza diplomática, econômica e militar.

Para o balanço militar, é pertinente o inventário das capacidades de cada país. Nesse sentido, revela-se fundamental avaliar a evolução dos gastos militares e seu impacto para a correlação de forças, tal como realizado por Dullius (2008). Nessa obra, o autor procura demonstrar como os gastos militares na América do Sul não são mera reposição de material obsoleto, mas tampouco constituem uma corrida armamentista, como alardeado em certos órgãos de imprensa. Utilizando a categoria de “competição armamentista” (*build up*), Dullius (2008) demonstra haver uma real ampliação das capacidades combatentes de Chile e Venezuela. Os gastos venezuelanos se justificam tanto por uma questão de afiançar o projeto de integração bolivariano quanto por uma questão de afirmação diante da oposição interna. Os gastos chilenos estão relacionados à projeção de poder regional, ao sul e principalmente ao norte (na fronteira com Bolívia e Peru).

2.3 CARACTERÍSTICAS DA FORÇA USADA (CF)

A terceira variável do autor corresponde às características da força usada (CF). Em geral, consideram-se duas medidas: a mobilização doméstica e as alternativas de força. A primeira diz respeito à capacidade do Estado, em caso de conflagração, em termos de recursos humanos. Por exemplo, que impactos o uso de forças de reserva pode trazer à economia nacional ou, por outro lado, qual a necessidade de mobilização apenas de exército permanente. Já na segunda medida, as alternativas de força dizem respeito à esfera das operações: que tipo de arma será empregada (Exército, Marinha, Força Aérea ou forças combinadas) e quanto custará (impacto no orçamento nacional).

2.4 ACEITABILIDADE DE CUSTOS (CC)

A aceitabilidade de custos (CC) por parte da base política eleitoral da liderança nacional importa porque capta o constrangimento à atuação externa do líder, o qual fica limitado a realizar intervenções externas. Tanto em regimes democráticos como em autocráticos, a disposição da base em relação à intervenção externa do líder varia de acordo com o bem que está em questão.

2.5 ACCOUNTABILITY (“A”)

A *accountability* (A) corresponde, segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Politics*,

[...] à condição de representantes de responder aos representados sobre suas obrigações e poderes, agir com base em exigências e críticas feitas a eles, aceitando (alguma) responsabilidade pela falha, incompetência, ou erro. (BRADBURY, 2003, p. 1).

Para Mares, a *accountability* pode ser importante de três formas. Primeiro, deve-se considerar o tempo com que o líder conta para ser *accountable*. Na prática, após fazer uso da força e eventualmente causar descontentamento entre a população, pode ser necessário que o líder provenha outros

bens para sua base de apoio – e o tempo que possui para obtê-los é fator crucial nesse ínterim. Conforme Bradbury, nessa situação, o tipo de liderança mais vulnerável é um primeiro-ministro de governo de coalizão (sujeito às diferenças da base de sustentação), ao passo que o mais inatingível é um ditador personalista (Ibid., p. 22).

A utilização do conceito de *accountability* pelo autor remete à ideia de Clausewitz (2003) acerca do controle do meio militar pelo fim político e do controle dos cidadãos acerca das finalidades e capacidades do Estado em empreender a guerra. Embora o termo “*accountability* da guerra” seja inexistente na obra de Clausewitz, a ideia da guerra como ato (histórico e normativo) subordinado à política já é bastante clara (Ibid., p. 867-878). Para o prussiano, tanto a guerra era, como deveria ser, subordinada à política. Assim, *accountability*, em uma hermenêutica clausewitziana, é o controle dos meios de guerra pelas finalidades da política. Desse modo, para Clausewitz, as dimensões da guerra dependem dos próprios objetivos políticos, e sua expansão é resultado da ampliação dos domínios da própria política (Ibid., p. 877-78). A formulação da política, por sua vez, depende de grandezas morais ou espirituais (valores). Por isso, para Clausewitz, as “qualidades morais em geral” tinham uma influência “por vezes quase inacreditável” sobre a guerra (Ibid., p. 184). Naturalmente, à época de Clausewitz, a democracia não era disseminada; ao contrário, tratava-se de artigo raro, restrito aos Estados Unidos e à Inglaterra. Portanto, para Clausewitz, não havia, embora fosse interessante que houvesse, um instrumento para medir a influência da lei moral sobre a guerra. Com a disseminação das democracias, isso se tornou possível. Portanto, tanto a moralidade do objetivo político pelo qual se trava a guerra quanto o resultado das operações militares são critérios do sistema eleitoral e partidário para julgar a ação do governo e das Forças Armadas, premiando ou castigando por meio do voto do congressista e do eleitor.

Considerando essa noção de *accountability*, para Mares (2001), prevalece um padrão do tipo paz violenta na

América do Sul. Mares entende que prevalece o mito de que, na América do Sul, ocorreu um longo período de paz. Essa mitificação se origina em diversas análises que consideram o conceito de guerra pela experiência histórica europeia, na qual o número de mortos e de países envolvidos é significativo mais elevado. Portanto, o autor observa o uso da força por meio de uma métrica mais precisa, o que lhe permite captar uma quantidade maior de dados. Nesse sentido, o autor propõe um esquema conceitual que abrange diversas gradações de uso da força, distribuídas em um crescente: a) desacordo não violento; b) sanções não violentas; c) ação encoberta; d) disputa militarizada; e) guerra (MARES, 2001, p. x). Segundo o autor, embora a maioria das disputas escale e se torne militarizada, é extremamente raro que elas atinjam o grau da guerra (mais de 1.000 mortos em campo de batalha): apenas cerca de 2,4% para a América do Sul e 2,8% para a América Central (ibid., p. 39).

Uma das possíveis explicações para a contenção da violência poderia ser a natureza do regime político. A relação entre regime e guerra é estudada classicamente pelo programa de pesquisa da paz democrática. Nessa linha, o fato de que democracias não fazem guerra entre si representa a corroboração empírica mais próxima de uma lei científica em Relações Internacionais (LEVY, 1988).

John Owen (1994), um de seus principais expoentes da corrente, afirma que, além da variável explicativa tipo de regime, importa ainda a percepção sobre o grau de democratização entre sociedades¹³. Ideias liberais, convertidas em política de Estado, modificam a percepção mútua entre Estados e, portanto, evitam a guerra. Dessa forma, o autor explica a guerra entre Estados Unidos e Grã-Bretanha (1803–1812), países considerados como democracias, argumentando que os norte-americanos não consideravam os britânicos como uma sociedade democrática

¹³ Para outras vertentes da paz democrática, ver Ray (2003). Há inúmeros trabalhos de crítica a esta pesquisa. Ver, por exemplo, Mansfield; Snyder (2000); Layne (2000).

(Monarquia) – daí a importância da percepção (Ibid., p. 169). Entretanto, em desacordo com considerável parte da literatura, Mares (2001) demonstra que democracias lutam entre si, nem sempre são pacíficas. Na América do Sul, democracias ameaçaram-se e lutaram entre si: Colômbia e Venezuela em 1987 e 1995; Equador e Peru de 1985 a 2000, entre outros exemplos.

3 ADLER E BARNET E COMUNIDADES DE SEGURANÇA

O conceito de comunidade de segurança foi inicialmente proposto por Richard Van Wagenen, no início dos anos 50. A formulação mais consistente, porém, foi realizada por Karl Deutsch (1957)¹⁴. Neste trabalho, será utilizada a conceituação de Adler e Barnett, que se impuseram o desafio de tomar como base a proposta de Deutsch e desenvolvê-la. Na obra de Deutsch (apud ADLER; BARNET, 1998, p. 6), comunidade de segurança é considerada

[...] um grupo de pessoas que se tornou integrado a ponto de haver real certeza de que membros daquela comunidade não lutariam uns contra os outros, mas sim resolveriam suas controvérsias de outra maneira.

Segundo Adler e Barnett (1998, p. 31), comunidades de segurança possuem três características básicas:

- a) presença de valores, identidades e significados comuns; a existência de símbolos, objetos e referências compartilhadas contribui para fornecer

¹⁴ Deutsch (1957) define os Estados Unidos como uma *comunidade de segurança amalgamada*. Para atingir este nível de relacionamento, o autor considera como fatores chave a comunicação e a confiança entre os atores, os quais procura mensurar. *Grosso modo*, nessa perspectiva, o nível de transações conforma a transformação das identidades.

- um senso de comunidade, de pertencimento em comum;
- b) relações diretas e múltiplas; o incremento dos canais de comunicação, em vários níveis (comercial, cultural, social, esportivo, etc.) aperfeiçoa a interação entre os atores;
 - c) reciprocidade e altruísmo (interesse de longo prazo); esses dois traços estão relacionados ao conhecimento mútuo entre os atores, capaz de gerar um senso de comprometimento entre as partes.

Ademais, ainda que os autores reconheçam que ocorram conflitos dentro de uma comunidade (tal como Deutsch o fizera), o cerne do conceito de comunidade encontra-se na relação de sociedades que mantêm expectativas confiáveis de mudança pacífica. Portanto, a característica distintiva de uma comunidade de segurança é o fato de que a paz estável está associada à existência de uma comunidade transnacional. Segundo Adler e Barnett (1998, p. 38), há um longo processo de desenvolvimento da comunidade de segurança. No início, são necessárias condições precipitadoras, que podem ser: mudanças tecnológicas, demográficas, econômicas ou no ambiente. Ameaças externas ou o desenvolvimento de novas interpretações da realidade social também são preditores.

Importam fatores que conduzem ao desenvolvimento de confiança mútua e identidade coletiva. Eles dividem-se em duas categorias: estrutura e processo. A estrutura divide-se em dois subtipos: poder e conhecimento. O poder diz respeito à coerção e à autoridade para determinar a identidade coletiva. Estados mais fracos podem se aproximar dos mais fortes, que funcionariam como ímãs. Os fortes, sozinhos, não geram segurança, mas a desenvolvem em seu entorno. O segundo subtipo refere-se ao conhecimento. Para os autores, há estruturas que possibilitam o desenvolvimento de confiança e identidade, tais como democracia e economia de mercado. Fatores que conduzem ao desenvolvimento de

confiança mútua e identidade coletiva são, em geral, processos como transações, organizações internacionais, estruturas de aprendizado social e instituições – estas são capazes de encorajar mais transações e promover o desenvolvimento de cooperação.

Em terceiro lugar, Adler e Barnett (Ibid., p. 30) identificam condições necessárias para as sociedades manterem expectativas confiáveis de mudança pacífica: a confiança mútua e a identidade coletiva. Seguidos esses passos, atinge-se o grau de comunidade de segurança. Comunidades de segurança passam por três fases de desenvolvimento: nascente, ascendente e madura. Ademais, seguindo a base conceitual de Deutsch, dividem-se em dois tipos ideais: comunidades minimalistas ou fracas; comunidades atadas ou fortes que, em geral, possuem como diferencial algum nível de institucionalização.¹⁵

Esse conjunto conceitual é aproveitado por Andrew Hurrell (1998, p. 228), que se propõe a verificar a possibilidade do surgimento de uma comunidade de segurança emergente na América do Sul.

Hurrell (1998, p. 231) apresenta sua visão: “É muito fácil ver a América Latina como **uma área com valores, linguagem e cultura compartilhados**, reconhecida a pouca importância atribuída ao Brasil [...]” (grifo nosso). De fato, a cooperação na América do Sul tem um potencial enorme. Há um histórico de intensa aproximação entre os países: Pacto ABC, ALADI, ALALC, Comunidade Andina, MERCOSUL, CASA, ALBA e mais recentemente a Unasul – apenas para mencionar alguns exemplos. Essas iniciativas, no entanto, ou privilegiaram um aspecto mais comercialista (e.g.

¹⁵ Deutsch ainda propõe outra categorização para as comunidades, dividindo-as em duas variedades: amalgamadas e pluralísticas. Em síntese, uma comunidade amalgamada corresponde à presença de um governo comum após a fusão de duas unidades políticas (os Estados Unidos, por exemplo). Segundo Adler e Barnett (1998, p. 7), já uma comunidade pluralística conserva governos separados e independentes, embora as unidades compartilhem valores em comum, instituições e um senso de pertencimento (*we-ness*).

MERCOSUL) ou não foram suficientemente abrangentes (e.g. ALBA). Essa fragmentação demonstra a dificuldade de observar o referido compartilhamento de valores, linguagem e cultura.

Hurrell propôs-se a, por meio de uma abordagem construtivista, analisar as relações Brasil-Argentina, tratando da agenda de segurança em uma perspectiva histórica. Depois, Hurrell (1998, p. 254) olha para um contexto mais geral de América do Sul, dando especial atenção para Uruguai, Paraguai e Chile. Esse autor reconhece os limites do conceito de *security communities*. Embora entenda que há uma comunidade incipiente entre os países membros do MERCOSUL, afirma que o surgimento se deu menos em um efeito positivo e mais em um efeito negativo, de modo a relaxar tensões e reduzir percepções de ameaça históricas, especialmente entre os rivais históricos Brasil e Argentina. Em relação à comunidade de segurança do Conesul, o próprio autor se questiona sobre suas fronteiras, admitindo que o Chile seja um ponto essencialmente controverso. Atribui-lhe posição ambígua, destacando contras, como a disputa do Canal do Beagle e os altos gastos militares; prós, como avanços institucionais e tratados de cooperação com países vizinhos. No que tange ao restante da América Latina, o autor faz um rápido panorama e conclui que, dado o elevado nível de violência social e de seu caráter privado, não é possível afirmar que há nenhum tipo de comunidade securitária (Ibid., p. 260).

4 AMÉRICA DO SUL: COMUNIDADE DE SEGURANÇA OU PAZ VIOLENTA?

Como se dá o uso da força na América do Sul? Quais os contornos mais gerais das relações de segurança entre os Estados sul-americanos? Nesta seção, retoma-se a pergunta inicial que motivou o trabalho e busca-se responder a ela por meio de um breve contraste entre os programas de pesquisa apresentados. Importa contrapor suas explicações para o

caráter relativamente pacífico das relações regionais. A comparação se dá por meio da discussão e problematização de elementos empíricos da agenda de segurança da América do Sul. Na perspectiva de Lakatos (1978), esses elementos correspondem a um oceano de anomalias. A maneira com que os programas explicam tais fatos será um dos principais critérios para avaliar sua progressividade. Importa, antes, ressaltar algumas críticas pertinentes de Charles Tilly (1998, p. 4000) a Adler e a Barnett, acerca da formulação de comunidade de segurança. Tilly chama atenção para o excesso de subjetividade que os autores conferiram ao conceito. Afirma que é preciso que especifiquem na mente de quem se dá a transformação que constrói a interação social (elites?, povo?, *policy makers?*). É preciso dizer também como essa identidade coletiva de fato se torna coletiva e de que modo isso se relaciona com o processo de interação entre os Estados.

Emanuel Adler e Michael Barnett (1998, p. 58) afirmam: “A ocorrência de guerra entre membros representa evidência obrigatória de que uma comunidade de segurança deixou de existir.” Embora os autores não definam guerra, o trabalho de Mares encerra qualquer dúvida de que conflitos militarizados interestatais em algum grau ocorreram¹⁶. Desse modo, se adotado o conceito de maneira rigorosa, fica descartada a hipótese de uma comunidade sul-americana de segurança já existente.

O programa de pesquisa das *security communities* falha em atentar para os aspectos mais críticos de segurança na América do Sul. Não percebe a competição armamentista em curso, na qual se verifica uma efetiva mudança de capacidades. Conforme Dullius (2008), o Chile gastou 23% do

¹⁶ Geller (2000, p. 446) destaca: “Uma disputa militarizada interestatal diz respeito a um conjunto de interações envolvendo explícita, notória e diretamente ameaças, exibições ou o uso da força de um governo em curtos intervalos de tempo.” A tipologia MID inclui uma escala de hostilidade dividida em cinco níveis: LH1=> nenhuma ação de confrontação militar; LH2 => ameaça de uso da força; LH3 => exibição de força; LH4 => uso da força; LH5 => guerra.

orçamento nacional (2004) e 27,5% (2007) em reequipamento militar. Para o mesmo dado, a Venezuela gastou 15% (2004) e 5,2% (2007). Segundo Edward Carr (1980, p. 109), o fracasso em reconhecer que a força é um elemento essencial da política viciou, até agora, todas as tentativas de se estabelecerem formas internacionais de governo e confundiu quase todas as tentativas de discutir o assunto. O problema aludido por Carr se refere justamente à dimensão negligenciada pela escola construtivista. Faltam análises sobre as capacidades militares dos países e suas tendências. Ademais, para além da competição armamentista entre Estados sul-americanos, há o problema das alianças externas. Fica difícil conceber uma comunidade sul-americana de segurança com a base norte-americana de Manta (no Equador), fechada em 2009; Mariscal Estigarribia (na Paraguai)¹⁷ e planos do governo Uribe para estabelecer novas instalações militares dos EUA na Colômbia. De um modo geral, a influência da superpotência altera a balança de poder regional, influenciando o padrão de relações dos países sul-americanos. A expectativa de mudança pacífica é afetada pelo *bandwagoning* de alguns Estados da região.

O Chile, por exemplo, embora tenha anunciado a revogação da Lei do Cobre, em geral possui as Forças Armadas mais modernas da América do Sul e investe 10% da receita de exportação desse minério na modernização de seu material bélico. Economicamente, assim como outros países da região vêm fazendo, o Chile assinou tratados de livre comércio (TLC) com Estados Unidos, Japão, China, Coreia do Sul e Canadá. No Peru, o governo Alan García já conclui TLC com os Estados Unidos e parece procurar imitar os parceiros comerciais chilenos. A Colômbia também assinou acordo de livre comércio com os EUA; todavia, o Congresso norte-

¹⁷ Oficialmente o governo norte-americano afirma que seus militares estão no Paraguai para um exercício conjunto e que o aeroporto em questão foi construído pelos paraguaios, além de ser incapaz de suportar a maioria das aeronaves norte-americanas. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/media/Archive/2006/Jan/12-623470.html>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

americano ainda não o aprovou plenamente. Governos anteriores de Uruguai e Paraguai manifestaram intenção de assinar tratados semelhantes. Outro país central para considerar a formação de uma comunidade de segurança é a Bolívia. No país, até pouco tempo, o movimento separatista da região da Meia-Lua não só gerou ameaças de colapso energético a Argentina, Brasil e Chile, mas também, e principalmente, atuou como pólo multiplicador de conflitos, afetando segurança e desenvolvimento regionais. Conforme Amorim Neto (2007), há cinco forças centrais na dinâmica política da América Latina: a) democracia; b) a integração econômica; c) nacionalismo; d) mobilização política das identidades étnicas; e) significativo abandono pelos EUA desde o 11 de setembro. Segundo o autor a mobilização política das identidades étnicas é centrífuga porque pode ser uma ameaça à unidade do Estado-nação (a Bolívia é o melhor exemplo disso).” Portanto, a existência de uma comunidade de segurança na América do Sul não constitui uma realidade observável. No Brasil, por enquanto há apenas um incipiente projeto de política pública: a própria Constituição Federal brasileira vigente, de 1988, tem como princípio norteador de suas relações internacionais a busca da integração entre os povos da América Latina (artigo 4º, parágrafo único)¹⁸. Contrapondo-se à visão de comunidade de segurança, há a inovadora noção de paz violenta, de David Mares.

Segundo Cepik (2008), a “[...] paz violenta entre os países continuará a ser uma característica permanente da equação de segurança da América do Sul.” Conflitos de baixa intensidade ainda permanecem como uma dinâmica presente na realidade sul-americana, o que se evidenciou na crise de março de 2008 entre Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1º de março, forças colombianas entraram em território do Equador e executaram líderes das FARC, entre os quais estava Raúl Reyes, número dois na hierarquia de comando da

¹⁸ “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

organização. Conflitos de baixa intensidade parecem seguir a lógica mais geral da fórmula de David Mares, segundo a qual o uso da força depende de um cálculo em que as lideranças nacionais avaliam o quanto bases políticas estão dispostas a apreciar uma intervenção externa, que lhes propicie algum bem. Na crise de março de 2008, o governo Uribe foi capaz de aproveitar seu alto nível de popularidade na execução da operação. Com base em um cálculo racional, correspondente ao cenário descrito por Mares ($S + SB + CF \leq CC - A$), julgou oportuno o uso da força. Conseguiu, por conseguinte, capitanear legitimidade, a fim de dar prosseguimento em outros projetos, como a ideia de um terceiro mandato. Posteriormente, teve êxito na eleição de seu sucessor, Juan Manuel Santos, ministro da Defesa que se tornou presidente em 2010.

A paz violenta, entretanto, não explica satisfatoriamente as inúmeras e históricas iniciativas de integração, desde o Pacto ABC. Há um esforço de mudança do padrão de relações por parte dos Estados, o que não pode ser ignorado. No caso do Brasil, a integração da América do Sul figura no centro da agenda diplomática e do próprio projeto nacional desde, pelo menos o segundo governo Fernando Henrique, passando pelos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e chegando ao atual governo Dilma Rousseff¹⁹. Essa visão é expressa, por exemplo, pelo ex-secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães (2007), para quem

[...] a integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina.

¹⁹ Segundo Wallace Ferreira (2009, p. 28), “[...] o apoio à integração com a América do Sul, em especial no Mercosul, parece um ponto de aproximação entre os governos FHC e Lula, embora com o governo atual o Mercosul esteja enfrentado novos desafios.”

O importante documento *Estratégia Nacional de Defesa* (BRASIL, 2008) traz como princípio a integração da América do Sul:

Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra dos conflitos da região.

Outros grandes pensadores de Relações Internacionais, como Paulo Visentini (2003), Moniz Bandeira (2006), Paulo Roberto de Almeida (2006) e Marco Cepik (2009), também entendem a América do Sul como objetivo prioritário de atuação da política externa brasileira. Entende-se que a relação entre integração regional e agenda de segurança necessita de um modelo analítico mais consistente. Necessita não só explicar a limitação ao uso da força, como fez Mares, (2001), mas também compreender como os Estados articulam projetos de integração regional e projetam a mudança de *status quo*. Para essa tarefa, o programa de pesquisa das comunidades de segurança mostrou-se insatisfatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou os programas de pesquisa da paz violenta e das comunidades de segurança e suas respectivas expectativas premissas e expectativas teóricas. A seguir, passou-se à discussão e problematização de elementos empíricos das relações de segurança da América do Sul. Pela ótica lakatosiana, trata-se de possíveis anomalias que podem caracterizar um programa como regressivo ou progressivo.

De um lado, o programa de pesquisa de Adler e Barnett mostrou-se aparentemente progressivo. As iniciativas de integração regional, históricas, mostraram que a ideia de expectativa de mudança pacífica não pode ser negligenciada.

Todavia, o programa enfrenta dificuldade para explicar algumas anomalias que vão de encontro às premissas de seu núcleo duro. Esse é o caso de choques armados, da competição militar entre alguns países, do *bandwagoning* com os EUA e das dificuldades de aprofundar o processo de integração. De outro lado, o programa de pesquisa da paz violenta demonstrou rigor analítico e precisão. Problemas empíricos ocorridos depois da formulação do modelo, em 2001, foram explicados satisfatoriamente. Ou seja, os conflitos entre Estados sul-americanos não se converteram em guerras prolongadas justamente pela restrição eleitoral imposta aos presidentes. Diferentemente do programa de pesquisa da comunidade de segurança, seu núcleo duro não foi ameaçado. Contudo, o modelo de David Mares (2001) e seu grupo de pesquisa precisam enfrentar outro tipo de anomalias: crescente cooperação institucional e iniciativas de integração da América do Sul.

De um modo geral, o programa de pesquisa da paz violenta previu fatos novos, corroborou-os e explica mais do que seu concorrente: comunidades de segurança. Todavia, não consegue captar as importantes iniciativas de integração regional. Embora possa ser considerado mais progressivo que o programa construtivista, precisa ser capaz de explicar de forma satisfatória a institucionalização e a cooperação na América do Sul. Portanto, tanto a visão da comunidade de segurança quanto a da paz violenta mostram-se insuficientes. Essa constatação é percebida por Amado Cervo (2008, p. 17): “[...] outra observação conclusiva, de certa forma peremptória, acerca da aplicabilidade dos paradigmas de relações regionais seria afirmar que são no momento insuficientes.” As instituições e a integração passam por algum grau de conflito, aspecto que os teóricos da comunidade de segurança não conseguem adequar com satisfação à sua visão mais geral. Entretanto, o conflito é contraposto pelas instituições e pela

integração, algo que a visão da paz violenta não capta com precisão.²⁰

Na lógica da segurança regional sul-americana, operam elementos tanto de política de poder (paz violenta) como de cooperação (iniciativas de integração). Nenhum programa de pesquisa por si só possui poder explicativo plenamente satisfatório. A solução passa pela construção de um novo modelo analítico, que reconheça que a integração e os problemas de segurança não só coexistem, como também interagem e se retroalimentam.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel; BARNET, Michael (Eds.). **Security communities**. Cambridge: Cambridge University, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração. **Meridiano 47**, v. 76, p. 15-23, 2006.

ALSINA, João Paulo Soares. Corrida armamentista na América do Sul: falácia conceitual e irritante político. **Meridiano 47**: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, 2006.

AMORIM NETO, Octavio. A política externa brasileira: novos dilemas geopolíticos e sua falta de condicionamentos domésticos. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 3, mar. 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio (Orgs.). **Relações**

²⁰ É a visão de um clássico como Edward Carr (1980, p. 197): “[...] o problema fundamental da política consiste em encontrar um meio termo entre moral e política.” “Coerção e consciência são os dois componentes estruturais do Estado, conformadores de um caráter dualista das sociedades políticas.” (Ibid., p. 100).

Internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRADBURY, J. Accountability. In: Mclean, I.; Mcmillan. A. **The Concise Oxford Dictionary of Politics**. 2nd ed. Oxford: OUP, 2003.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. EM Interministerial n. 00437/MD/SAE-PR, 2008.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge, UK: Cambridge University, 2003.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 9, p. 1-11, ago. 2005.

_____. A crise andina e o futuro da Unasul. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 4, p. 1-14, abr. 2008,

_____. regional security and integration in South America: UNASUR, OSCE and SCO. In: KANET, Roger (Org.). **The United States and Europe in a changing world**. Dordrecht, v. 1, p. 229-251, 2009.

_____. IR theory in Brazil, China, India and South Africa: a critical appraisal. Conferência. WORLD INTERNATIONAL STUDIES COUNCIL (WISC). Third Global International Studies Conference, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975.

DEUTSCH, Karl. **Political community and the north Atlantic area**. Princeton: Princeton University, 1957.

DULLIUS, Gustavo. **Gastos militares na América do Sul: Venezuela e Chile (1998-2008)**. Monografia (Conclusão do Curso de Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. **Progress in international relations theory: apraising the field**. Cambridge: BCSIA, 2003.

FERREIRA, Wallace. Duas regiões e duas políticas externas: especulações sobre aproximações e distanciamentos das políticas externas de FHC e Lula em relação à América do Sul e África. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 10, p. 9-32, 2009.

FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Revista de Sociologia e Política**, 24, p. 217-231, 2005.

GELLER, Daniel S. Explaining war: empirical patterns and theoretical mechanisms. In: MIDLARSKY, Manus. **Handbook of War Studies II**. Ann Arbor-MI: University of Michigan, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **O mundo multipolar e a integração sul-americana**. Disponível em:

<<http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>>.
Acesso em: 4 set. 2009.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Eds.). **Security communities**. Nova York: Cambridge University, 1998.

LAKATOS, Imre. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978.

LAYNE, Christopher. Kant or cant: the myth of a democratic peace. In.: BROWN, Michael E. et al. **Theories of war and peace: an international security reader**. Cambridge: MIT, 2000.

LEVY, Jack. Domestic politics and war. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n. 4, Spring 1988.

MALAMUD, C.; ENCINA, C. ¿Rearme o renovación del equipamiento militar en América Latina? **DT**, n. 31, 15 dec. 2006. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano/es/Zonas/es/América+Latina/DT31-2006>. Acesso em: 17 jun. 2009.

MANSFIELD, Edward D.; SNYDER, Jack. Democratization and the danger of war. In.: BROWN, Michael E. et al. **Theories of war and peace: an international security reader**. Cambridge: MIT, 2000.

MARES, David. **Violent peace: militarized interstate bargaining in Latin America**. New York, Columbia University, 2001.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das forças armadas na América do Sul**. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2005.

OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. **International Security**, v. 19, n. 2. p. 87-125, 1994.

RAY, James Lee. A lakatosian view of the democratic peace research program. In.: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. **Progress in international relations theory: apraising the field**. Cambridge: BCSIA, 2003.

SCHWELLER, Randall. The progressiveness of neoclassical realism. In.: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. **Progress in international relations theory: apraising the field**. Cambridge: BCSIA, 2003.

ROSE, G. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A metodologia dos programas de pesquisa: a epistemologia de Imre Lakatos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 13 n. 3, p. 209-230, 1996.

TILLY, Charles. International communities, secure or otherwise. In: ADLER, E.; BARNETT, M. (Eds.). **Security communities**. Cambridge: Cambridge University, 1998.

VILLA, Rafael. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. **Estudos e Cenários OPISA**. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br/estudosecenarios.php>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

VISENTINI, Paulo G. F. América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.